

Com que olhos devemos ver as Contas Públicas apresentadas pelo Governo Federal?

Uma das maiores críticas ao atual governo federal, se refere à Política Econômica adotada, conflitante com as propostas defendidas em campanha de sua própria base partidária e também pelo histórico do Partido dos Trabalhadores. Nos últimos dias, a Ministra-Chefe da Casa Civil do Governo Federal, Dilma Rousseff, desqualificou a política econômica do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Não foi a primeira vez e nem será a última. Antes dela, já houve críticas do Ex-Chefe da Casa Civil (José Dirceu), do vice-presidente da República, e de outros mais.

Os defensores desta política econômica alardeiam aos quatro ventos que os indicadores econômicos são os melhores dos últimos dez anos. Porém, devemos estar atentos ao que realmente dizem esses indicadores. Para citar um exemplo, vejamos um indicador das contas públicas do governo: o resultado (superávit ou déficit) fiscal primário.

O Brasil é o único país do mundo onde se adota o superávit fiscal primário, que é a relação entre as receitas menos despesas, sem contar os juros da dívida. O superávit primário é a economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública do país. No resto do mundo, a busca é pelo superávit fiscal geral ou nominal, que é a mesma relação, só que após incluir na conta os juros pagos com a dívida do governo. Além disso, mesmo aqui no Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF não tem previsão para os Estados e Municípios sobre esta metodologia adotada em âmbito federal.

Este conceito de superávit primário foi criado quando a inflação

era de 20% a 40% ao mês, com o intuito de evitar que o déficit global contábil distorcesse o resultado, que chegava a ser 30% do Produto Interno Bruto - PIB.

O objetivo do esforço fiscal é garantir que as receitas do governo sejam maiores que as despesas. Com a sobra dessa diferença (o superávit primário, que exclui gastos com juros), o Brasil paga parte da dívida pública, de forma a evitar que o débito saia do controle - o que elevaria o risco de o país dar calote. Com isso, o governo reforça a confiança no país, o que pode atrair novos investimentos favorecendo o crescimento e a geração de empregos. Mas com o elevado superávit fiscal voltado para o pagamento de juros da dívida, o governo tem menos recursos para investir, por exemplo, em projetos de infra-estrutura, como estatais e energia elétrica, o que prejudica uma expansão maior da economia.

Até agora, o superávit primário atingiu 6,1% do PIB nas contas públicas, que é o resultado combinado de um aumento substancial na arrecadação de tributos com os cortes de investimentos no Orçamento da União. De um lado, de janeiro a setembro a arrecadação já supera em R\$ 14,3 bilhões o resultado do mesmo período de 2004, mas vale lembrar que no fim do ano os gastos do governo são maiores. De outro, a equipe econômica conduz com mão de ferro a execução do Orçamento de 2005, retendo no caixa do Tesouro a maior parte dos recursos para investimentos aprovados pelo Congresso. Até setembro, apenas R\$ 2,9 bilhões ou 13,5% do total desses investimentos (R\$ 21,6 bilhões) foram executados. Se considerarmos os limites de gastos para investimentos adicionando os recursos liberados pela área econômica (R\$ 13,6 bilhões), a execução corresponderá a 21,5%, ainda muito baixa.

Este ano de 2005, o déficit público geral ou nominal (receitas menos despesas, incluindo os gastos com juros) já é maior do que o de 2004 e já corresponde a R\$ 6,891 bilhões em setembro, chegando a R\$ 33,647 bilhões (2,37% do PIB) no acumulado de 2005.

No ano, os gastos com juros já chegam a R\$ 120,149 bilhões, o equivalente a 8,47% do PIB. Em comparação com o mesmo período de 2004, essas despesas cresceram R\$ 24,8 bilhões por causa da política monetária restritiva do BC, que elevou as taxas para conter a inflação. Entre janeiro e setembro de 2004, a taxa básica de juros média foi de 16,72% ao ano, enquanto no mesmo período de 2005 foi de 18,68%.

O que separa, a atual política monetária da política que muitos economistas consideram possível, são esses R\$ 25 bilhões a mais nas despesas com juros. Com esses recursos poderíamos fazer muitas coisas na área de infra-estrutura ou na redução da carga tributária.

Fica claro que estaremos tendo uma visão parcial se olharmos apenas para o resultado fiscal primário (sem o pagamento dos juros). Logo, devemos focar primeiramente no que diz o resultado fiscal geral ou nominal (com o pagamento dos juros). Que atualmente não é nada bom para o Brasil e para os brasileiros.

Além disso, tanta restrição às vésperas de um ano eleitoral só pode indicar uma coisa: o uso da máquina pública no ano que vem com a intenção pura e simples de tirar proveito eleitoral.